



PROJETO DE LEI Nº 0074-11, DE 24 DE JUNHO DE 2011.

Autoriza o Poder Executivo a Contratar com a Rede de Fomento BADESUL, operações de Crédito com outorga de garantia e dá outras providências.

Art. 1º Fica o Poder Executivo do Município, autorizado a celebrar com a Rede Fomento BADESUL, operações de crédito até o montante de R\$ 1.250.000,00 (Um milhão, duzentos e cinquenta mil reais), destinadas à aquisição de máquinas e equipamentos no âmbito do programa PROVIAS do BNDES, sendo a BADESUL o Agente Financeiro, cujas condições encontram-se previstas no artigo 2º desta Lei, observada a legislação vigente, em especial as disposições da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 2º A operação de crédito de que trata o art. 1º desta Lei subordinar-se-á às seguintes condições gerais:

a) A taxa de juros do financiamento é de 4% ao ano, acrescida de atualização monetária, usando-se como índice o TJLP, ou aquele que venha a substituí-lo no caso de sua extinção;

b) O prazo total de financiamento será de até 54 (cinquenta e quatro) meses, contados a partir da assinatura do contrato de financiamento, sendo de 6 (seis) meses o prazo de carência, e a amortização realizada em 48 (quarenta e oito) parcelas;

c) a participação do Município, a título de contrapartida, só será requerida caso o valor do objeto do financiamento ultrapasse o limite do valor a ser contratado neste financiamento.

Art. 3º Fica o Município autorizado a oferecer vinculação em garantia da operação de crédito, por todo o tempo de vigência do contrato de financiamento e até a liquidação total da dívida, sob a forma de reserva do meio de pagamento, através de retenção das Receitas de Transferências oriundas do Imposto sobre Operações

PREFEITURA DE ITAQUI - RS



GABINETE DO PREFEITO

Relativas à Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS em montante necessário e suficiente para a amortização das parcelas do principal e o pagamento dos acessórios da dívida.

Parágrafo Único. As receitas de transferências sobre as quais se autoriza a vinculação em garantia, em caso de sua extinção, serão substituídas pelas receitas que vierem a ser estabelecidas constitucionalmente, independentemente de nova autorização.

Art. 4º O Chefe do Poder Executivo está autorizado a constituir a BADESUL como sua mandatária, com poderes irrevogáveis e irretratáveis, para receber junto às fontes pagadoras das receitas de transferências mencionadas no *caput* do art. 3º, os recursos vinculados, podendo utilizar esses recursos no pagamento do que lhe for devido por força do contrato a que se refere o art. 1º.

Parágrafo Único. Os poderes mencionados se limitam aos casos de inadimplimento do Município e se restringem às parcelas vencidas e não pagas.

Art. 5º O orçamento municipal consignará, obrigatoriamente, as dotações necessárias às amortizações e aos pagamentos dos encargos anuais, relativos aos contratos de financiamento a que se refere o artigo primeiro.

Art. 6º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos especiais destinados a fazer face aos pagamentos de obrigações decorrentes das operações de crédito ora autorizadas.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, EM 24 DE JUNHO DE 2011.

GIL MARQUES FILHO
Prefeito



PROJETO DE LEI Nº 0074-11, DE 24 DE JUNHO DE 2011.

JUSTIFICATIVA

Estamos enviando a V. Sras., o presente projeto de lei, que visa autorizar o Poder Executivo a realizar operação de crédito junto à Rede de Fomento BADESUL.

A proposta tem por finalidade contratar financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, através de seu agente financeiro BADESUL, até o valor de R\$ 1.250.000,00 (Um milhão, duzentos e cinquenta mil reais).

Este financiamento servirá para a aquisição de máquinas e equipamentos nacionais, no âmbito do Programa PROVIAS - Programa de Intervenções Viárias, do Governo Federal.

O Termo de Habilitação do Governo Municipal nº 20110024, expedida pelo Banco Nacional de Desenvolvimento -BNDES, de 20/5/2011 (anexada), refere que o Município está apto a enviar a documentação necessária do pedido de contratação da operação de crédito à Secretaria do Tesouro Nacional.

Em face do evidente interesse público, solicitamos a apreciação do presente projeto de lei pelos componentes desta Casa Legislativa.

São estes os motivos que embasam e justificam o presente projeto de lei.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, EM 24 DE JUNHO DE 2011.

GIL MARQUES FILHO
Prefeito